

ANEXO IV – Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2022/PREVID

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E ETANOL) MEDIANTE SISTEMA ELETRÔNICO, COM CARTÃO MAGNÉTICO, EM POSTOS DE REDE CREDENCIADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS – PREVID E A EMPRESA _____ EM DECORRÊNCIA DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº. 007/2022/PREVID, EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022/PREVID.

- I. **DAS PARTES:** O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE DOURADOS/MS – PreviD, inscrito no CNPJ sob o nº 08.797.960/0001-36, com sede na Av. Weimar G. Torres, nº. 3.215-D, Centro – Dourados/MS, CEP: 79.800-023, neste ato representado pelo Diretor Presidente, o Senhor **THEODORO HUBER SILVA**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador do RG nº 12840378 SSP/MT, CPF nº 979.301.131-91, doravante denominado **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____, Órgão emissor ____/____ e, do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, ajustam o presente instrumento contratual, mediante as cláusulas e condições seguintes.
- II. **FUNDAMENTO LEGAL:** O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com fundamento em seu art. 1º, parágrafo único, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005 e alterações posteriores, com fundamento em seu art. 1º, §1º e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e Lei Complementar Municipal nº 331/2017 e alterações posteriores, pelo constante do Processo nº 007/2022/PreviD de Edital, Pregão Eletrônico nº 002/2022/PreviD.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato refere-se à **contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão e abastecimento de combustíveis (gasolina comum e etanol) mediante sistema eletrônico, com cartão magnético, em postos de rede credenciada**, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.
- 1.2. Integra ao presente Contrato, o edital da licitação e seus anexos incluindo as condições estabelecidas, as correções e esclarecimentos feitos durante o procedimento licitatório, bem como, a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independente de transcrição.

- 1.3. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definirem a sua extensão, e desta forma, regerem a execução adequada do Contrato ora celebrado.

1.4. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:

- 1.4.1. Ante a complexidade do objeto deste instrumento, a CONTRATADA deverá seguir o cronograma disposto, não devendo ultrapassar os prazos máximos abaixo elencados.

Atividade	Vide	Prazo
Implantação do sistema	3.6.3	30 dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço
Cadastrar a frota de veículos	3.1.	
Cadastrar usuários (condutores)	3.1.	
Cadastrar usuários (do sistema)	3.6.4	
Fornecer a CONTRATANTE dados cadastrais da rede de postos credenciados	4.2	
Fornecer cartões individuais eletrônicos	5.2	
Capacitar as partes envolvidas no gerenciamento	3.9.1	
Credenciar postos que atendam ao subitem 4.1. do contrato	4.3	15 dias, contados da assinatura do contrato
Fornecer a relação da rede credenciada atualizada	4.2.1	Mensalmente
Cadastrar novo veículo ou usuário após sistema implantado e entregar primeira via de cartão	3.1.2.	2 dias úteis, a partir da solicitação
Entregar segunda via de cartão de veículo ou de usuário	5.7.	3 dias úteis, a partir da solicitação
Prover respostas as demandas informais dos gestores/fiscais e usuários (e-mail, telefone, etc.)	2.4.	24 horas
Prover respostas as demandas formais dos gestores/fiscais (ofício)	2.4.	5 dias úteis
Solucionar problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE	3.5.	5 dias úteis

- 1.4.2. Havendo a necessidade devidamente justificada, em tempo hábil, a CONTRATADA poderá solicitar dilação de quaisquer dos prazos ao CONTRATANTE, ficando a critério deste a concessão ou não de extensão dos prazos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E EXECUÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 2.2. Os serviços, objeto do presente contrato, deverão ser realizados somente **após sua assinatura e durante seu período de vigência, de forma fracionada e/ou de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE.**
- 2.3. No início do contrato ou quando houver necessidade de emissão e/ou cadastro de novos **cartões ou veículos**, deverá ser realizado mediante a emissão de **Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento.**
- 2.3.1. A Ordem de Serviço/ Autorização de Fornecimento poderá ser emitida mediante Correspondência Oficial, e-mail e/ou telefone.
- 2.3.2. Na Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número do contrato, empenho e referência ao processo de origem;
 - b) Especificação (ões) do (s) serviço (s);
 - c) Data do início da prestação dos serviços;
 - d) Nome do fiscal de contrato, gestor de contrato e o nome do preposto designado pela CONTRATADA para o acompanhamento durante a execução do serviço;
- 2.4. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento personalizado, durante todo o período de vigência contratual, para dirimir quaisquer dúvidas, orientar e atender as demais demandas do CONTRATANTE e imprevistos sobre os serviços, respondendo no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** as demandas formais dos gestores/fiscais, bem como, as demandas informais promovidos pelos gestores/fiscais e usuários, em um **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, disponibilizando este último, para tanto, canais de contato (telefone/e-mail/central de relacionamento).
- 2.5. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 2.6. Para prestação do serviço a CONTRATADA deverá implantar e operacionalizar, junto à CONTRATANTE, um **sistema informatizado** em ambiente de produção web, com emissão de relatórios que possibilite o acompanhamento da **aquisição de combustíveis realizada mediante cartão eletrônico** através de uma **rede credenciada de postos**, propiciando à CONTRATANTE **gestão e controle detalhado das informações**, conforme especificados neste instrumento, bem como no instrumento convocatório e anexos.
- 2.7. O contrato será utilizado para o abastecimento dos veículos próprios da CONTRATANTE e de outros que ela solicitar a inclusão.
- 2.8. A administração e o gerenciamento do fornecimento de combustíveis serão contratados de forma continuada e ininterrupta, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SISTEMA INFORMATIZADO

- 3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web, para gerenciamento da frota da CONTRATANTE, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos que a integrarem, bem como, dos condutores dos veículos, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da ordem de serviços.
- 3.1.1. A CONTRATANTE fornecerá listagem de veículos, usuários e condutores a serem cadastrados e, a qualquer momento, poderá solicitar novas inclusões ou exclusões do sistema, conforme suas necessidades.
 - 3.1.2. Para cadastro de novo veículo ou usuário, bem como a entrega de primeira via de cartão após sistema implantado, será de até **02 (dois) dias úteis**, contados da data da solicitação.
- 3.2. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.
- 3.3. A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados através de:
- 3.3.1. Sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.
 - 3.3.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento do abastecimento de combustíveis para os veículos a serem contemplados junto à rede credenciada no momento do abastecimento.

- 3.3.3. Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (on-line).
- 3.3.4. Possibilitar migração de todos os dados constantes em sua base de dados referentes aos veículos da CONTRATANTE, com vistas a alimentação de banco de dados da própria CONTRATANTE, através de serviços webservice ou arquivos (txt, xml, csv, etc).
- 3.3.5. Acesso para a FISCALIZAÇÃO, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, permitindo cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela CONTRATANTE.
- 3.3.6. Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de combustível a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.
- 3.3.7. Interface digital amigável.
- 3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem o gerenciamento de informações do serviço de abastecimento dos veículos da CONTRATANTE.
- 3.5. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE deverá respeitar o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a comunicação dos fatos pelo fiscal/gestor de contratos.
- 3.6. DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA:
 - 3.6.1. O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos no banco de dados.
 - 3.6.2. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da CONTRATADA, cuja previsão de cobertura está incluída na taxa de administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo nenhum ônus adicional à CONTRATANTE e não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela CONTRATANTE.
 - 3.6.3. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento da frota, com apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo estipulado no **item 3.1. deste instrumento**.
 - 3.6.4. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados em prazo descrito no **subitem 3.1. deste instrumento**, após informações prestadas pela CONTRATANTE.
 - 3.6.5. O controle de transações deverá ser auditado pela própria CONTRATADA a partir da assinatura do contrato, promovendo as diligências e saneamentos necessários à implantação e manutenção do sistema, sem prejuízo das auditorias promovidas pelos órgãos de controle e pela CONTRATANTE, a qualquer tempo.
 - 3.6.6. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows Seven/8 e 10, com os navegadores MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e também com ferramentas de escritório Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven, Libre Office e Br Office, ou outro que possa vir ser a utilizado pela CONTRATANTE, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.
- 3.7. DA APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS:

- 3.7.1.** O sistema deverá viabilizar o controle de produtos e serviços contratados, com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, devendo estas informações estarem disponíveis para consulta na web imediatamente após realizada a transação.
- 3.7.2.** As operações (transações) deverão disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações individuais:
- a) Placa, quilometragem e demais dados de identificação do veículo;
 - b) Identificação do usuário;
 - c) Estabelecimento / Município / UF;
 - d) Data e hora;
 - e) Tipo de operação (compra, consulta, estorno, etc.);
 - f) Produto adquirido;
 - g) Quantidade de litros;
 - h) Valor unitário do produto;
 - i) Valor da operação por veículo;
 - j) Identificação do responsável pelo abastecimento;
 - k) Marcação da quilometragem do veículo.
- 3.7.3.** O sistema de gerenciamento deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, gerenciais, operacionais e financeiros, em arquivos PDF, XLS, TXT, XML e outras que se tornarem padrão no mercado de tecnologia, para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada referente ao objeto contratado.
- 3.7.4.** Os relatórios devem estar disponíveis, via web, a qualquer momento, e devem ser disponibilizados via sistema em tempo real para os gestores.
- 3.7.4.1.** Caso solicite, o Diretor Presidente também deve receber por e-mail, os relatórios de todos os veículos abastecidos de acordo com o período requisitado, separados por placa.
- 3.7.5.** São considerados Relatórios Gerenciais, a serem disponibilizados via web:
- a) **Relatório cadastral do veículo**, contendo, no mínimo: Local de Cadastro; Marca/Tipo/Modelo; Cor; Ano Fabricação; Ano Modelo; Tipo combustível; Placa/UF; Número RENAVAL; Capacidade do tanque e Média de consumo (Km/litro).
 - b) **Controle do abastecimento do veículo**: identificação do veículo; Quilometragem rodada mensalmente e anualmente; Consumo mensal e anual; Média de consumo (Km/litro) mensal e anual; Quantidade de litros consumidos mensal e anual; Custo total com cada tipo de combustível e inconsistências ocorridas.
 - c) **Controle dos abastecimentos mensais**: identificação, por unidade organizacional, dos veículos abastecidos no mês de referência; dados do abastecimento, preço médio do mês conforme a tabela da ANP.
 - d) **Controle de operação**: Dados com totalizadores gerenciais e de transações.
- 3.7.5.1.** Os relatórios gerenciais disponibilizados pela CONTRATADA deverão permitir à CONTRATANTE verificar o consumo de combustível utilizado pela frota, por tipo de combustível, o valor pago por transação, o histórico do veículo e do usuário, diagnosticar e alertar as diferenças significativas de consumo de combustível em relação ao Km e outros, de forma geral, por veículo.

- 3.7.6.** A CONTRATANTE poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.
- 3.7.7.** A CONTRATADA deve possibilitar solução webservice, para exportação de todas as informações constantes no seu banco de dados referentes aos veículos, para os sistemas da CONTRATANTE.
- 3.7.8.** A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE ao banco de dados e relatórios gerenciais, via internet, 24 horas por dia, todos os dias, durante a vigência do contrato.
- 3.7.9.** Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a CONTRATADA se obriga a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pela CONTRATANTE, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.
- 3.8. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO**
- 3.8.1.** O sistema de administração e manutenção básica de cartões deverá ser disponibilizado para o CONTRATANTE, de maneira a realizar procedimentos como correção de transações, alterações de senhas, atualização, bloqueio e liberação.
- 3.8.2.** A rede credenciada deverá estar equipada de forma a integrar o sistema de abastecimento com a utilização dos cartões que deverão ser de leitura digital, por veículo e por usuário.
- 3.8.3.** No ato da utilização dos produtos ou serviços será obrigatória a leitura do cartão do veículo e a digitação da senha do usuário.
- 3.8.4.** A utilização de cartão do veículo será obrigatória, cada usuário deverá ter sua identificação validada através de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a implementação de solução que identifique e iniba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.
- 3.8.5.** Cada veículo será cadastrado no sistema pela CONTRATADA e identificado por características básicas como, por exemplo, placa, marca/modelo/tipo/versão, status (ativo ou inativo), capacidade máxima de abastecimento, tipo de combustível, fabricante, ano de fabricação e modelo, patrimônio, unidade de lotação, hodômetro, cor, etc.
- 3.8.6.** Cada usuário (condutor) será cadastrado no sistema da CONTRATADA, e identificado por características básicas de, no mínimo, nome, CPF e matrícula.
- 3.8.7.** A CONTRATADA deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa cadastrada no sistema, bem como dos usuários autorizados a registrar os abastecimentos no sistema.
- 3.8.8.** As senhas deverão ser informadas de forma segura e inviolável, através de cadastramento dos usuários no sistema, pelo gestor do contrato.
- 3.8.9.** O condutor, devidamente identificado e validado no momento do abastecimento, será considerado responsável pela respectiva transação.
- 3.8.10.** Não será permitido abastecimento de veículos não cadastrados ou realizados por responsável não identificado ou previamente autorizado.
- 3.8.11.** O sistema deverá possibilitar a utilização de diversos combustíveis para um mesmo veículo, face a existência de veículos bicomcombustíveis na frota da CONTRATANTE.
- 3.8.12.** O sistema terá seu uso restrito para fornecimento dos tipos de combustíveis a serem contratados, não sendo permitida a aquisição de quaisquer outros produtos e/ou serviços.

3.8.13. O sistema deverá emitir comprovante da transação, independentemente da solicitação do condutor, contendo as informações a seguir:

- a) Placa e demais dados de identificação do veículo;
- b) Identificação do usuário;
- c) Estabelecimento / Município / UF;
- d) Data e hora;
- e) Tipo de Combustível;
- f) Quantidade de litros e valor unitário;
- g) Valor da compra/operação;
- h) Marcação da quilometragem do veículo; a
- i) Saldo (crédito ainda existente no cartão do veículo).

3.8.14. Em casos excepcionais, em que a transação for realizada off-line, ou seja, mediante preenchimento manual de formulário ou outro meio cabível, o registro deverá preservar as informações constantes no subitem anterior.

3.8.15. A CONTRATADA deverá fornecer manuais operacionais de acordo com o porte de autorização e controle, mantendo-os atualizados em todas as bases de gerenciamento, bem como, fornecer manual simplificado a todos os operadores do sistema.

3.8.16. A CONTRATADA deverá prover respostas e suporte técnico operacional através de atendimento via correio eletrônico (e-mail) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços.

3.9. DO TREINAMENTO

3.9.1. A CONTRATADA deverá ministrar treinamento inaugural a gestores, fiscais e demais servidores indicados pela CONTRATANTE que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado, **no prazo disposto no subitem 3.1. deste contrato** e conforme segue:

3.9.1.1. O treinamento poderá ser virtual ou presencial, sendo que, se for presencial, deverá ser realizado na Sede da CONTRATANTE;

3.9.1.2. Deverão ser fornecidos todos os materiais didáticos e os manuais de operação para os gestores e fiscais do Instituto, além de outros que podem ser indicados pela CONTRATANTE;

3.9.1.3. A data de realização e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com o gestor do contrato, fator a ser indicado pela CONTRATANTE.

3.9.2. A CONTRATADA deverá oferecer treinamento de reciclagem sempre que houver necessidade, e este treinamento poderá ser demandado pela CONTRATANTE a qualquer tempo.

3.9.3. Sem prejuízo do disposto acima, quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

4.1. A CONTRATADA deve possuir estabelecimentos credenciados para o fornecimento de combustíveis, conforme o descrito abaixo:

- 4.1.1. Obrigatoriamente, ao menos, 03 (três) postos em até 5 (cinco) quilômetros de distância da sede do Instituto (em Dourados/MS);
- 4.1.2. No estado de Mato Grosso do Sul, nas seguintes cidades: **Dourados, Ponta Porã, Tacuru, Itaquiraí, Mundo Novo, Campo Grande, Três Lagoas, Novo Horizonte do Sul, Nova Andradina, Brasilândia, Bataguassu, Selvíria, Cassilândia, Camapuã, Chapadão do Sul, Rio Verde do Mato Grosso, Sonora, Aquidauana, Corumbá, Jardim, Porto Murtinho.**
- 4.1.3. A CONTRATADA deverá possibilitar o abastecimento dos veículos da CONTRATANTE em postos de sua rede credenciada em quaisquer localidades além das previstas no item anterior.
- 4.1.4. A CONTRATANTE poderá solicitar a inclusão de postos na Rede Credenciada da CONTRATADA em outras localidades, além das previstas anteriormente, desde que seja concedido tempo hábil para o devido credenciamento.
- 4.2. A CONTRATADA deve apresentar relação de sua rede credenciada **no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de serviço**, que deve estar apta a atender e a fornecer todos os combustíveis definidos neste instrumento.
 - 4.2.1. A relação dos estabelecimentos credenciados deve ser mantida atualizada para o CONTRATANTE devendo ser disponibilizada de forma on-line ou mediante lista a ser encaminhada ao Gestor/Fiscal do contrato de forma mensal.
 - 4.2.2. A CONTRATADA deverá ainda, informar em tempo hábil a CONTRATANTE a respeito das alterações ou estabelecimentos excluídos.
- 4.3. Caso a CONTRATADA não possua em sua relação de rede credenciada estabelecimentos que atendam o disposto na Cláusula 4.1. supra, a mesma deverá providenciar o credenciamento de postos a satisfazer as exigências **no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato.**
- 4.4. Todos os estabelecimentos da rede credenciada deverão atender ao disposto na Resolução nº 41/2013 da ANP, que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a sua regulamentação, bem como, as respectivas alterações e atualizações desta Resolução.
- 4.5. A rede de postos credenciados deve ser composta por postos de diversas bandeiras de abastecimento, equipados para aceitar transações do sistema tecnológico da CONTRATADA.
- 4.6. A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos eletrônicos de leitura de dados para cartão eletrônico individual, nos estabelecimentos conveniados.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CARTÕES ELETRÔNICOS

- 5.1. Cada veículo e condutor deverão possuir seu próprio cartão, validados através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada.
 - 5.1.1. O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida para o cartão, bem como de uma senha válida para o cartão de identificação do motorista;
 - 5.1.2. Caso a empresa licitante não trabalhe com tecnologia de cartão magnético para a identificação do condutor/usuário, a operação só será possível após a solicitação da identificação do condutor cadastrado, bem como senha válida para esta identificação de condutor;
 - 5.1.3. Não serão aceitas transações nas quais não haja a identificação de condutor cadastrado no sistema tecnológico fornecido.

- 5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar **cartões individuais eletrônicos** que viabilizem o abastecimento e o gerenciamento de informações da frota, **no prazo de até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da ordem de serviço, minimamente, da seguinte forma.
- a) 01 (um) para cada veículo, cuja relação será encaminhada pelo Gestor de Contratos, com estimativa inicial, mas não limitada, de 03 (três), cada qual com um login (nome de usuário) e senha de identificação;
 - b) 06 (seis) cartões com login (nome de usuário) e senha, mas não limitado a essa quantidade, para que seja possibilitada a utilização por servidores públicos ou Conselheiros ligados ao PreviD, destinados a cada Diretoria (Presidência, Administrativa, de Benefícios e Financeira) e Conselhos (Curador e Fiscal).
- 5.3. Deverá ser possível a troca periódica ou validação de senha pessoal, bem como a inserção de novos usuários e a solicitação de novos cartões, o que deverá ocorrer no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da solicitação formal;
- 5.4. O bloqueio do uso do cartão de veículo deverá ser on-line, a partir da base operacional, mediante rotina/senha específica;
- 5.5. O cancelamento do cartão somente poderá ser feito por pessoa credenciada na base operacional;
- 5.6. O uso indevido de cartão de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha e as despesas efetivadas serão pagas pela empresa contratada;
- 5.7. A substituição do cartão extraviado ou que tenha sofrido algum dano que inviabilize seu uso correto deverá ocorrer mediante solicitação de segunda via pelo Gestor e/ou Fiscal de Contratos para entrega no prazo de até **3 (três) dias úteis** após a solicitação pelo Gestor/Fiscal de Contratos .
- 5.8. É vedada a cobrança de taxa de anuidade ou mensalidade dos cartões.

CLÁUSULA SEXTA – DA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

- 6.1. Os combustíveis a serem fornecidos constam no rol que se segue:
- 6.1.1. Gasolina comum;
 - 6.1.2. Etanol comum.
- 6.2. Os preços dos combustíveis deverão seguir as seguintes disposições:
- 6.2.1. O preço a ser pago pelo combustível deverá ser o **valor praticado à vista** no posto credenciado, **no momento do abastecimento**.
 - 6.2.2. Promoções, descontos ou vantagens promovidas pelos estabelecimentos credenciados deverão se estender irrestritamente à CONTRATANTE.
 - 6.2.3. Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos **preços médios praticados nos Municípios em que ocorrer o abastecimento**, ou, na ausência deste, no respectivo Estado, **referente ao mês de abastecimento, divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP)**.
 - 6.2.4. O **pagamento do valor unitário (litro)** será limitado ao **preço médio divulgado pela ANP** conforme o estabelecido na cláusula anterior, sendo configurados como **abusivos** os valores superiores ao referido preço médio.
 - 6.2.4.1. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA junto a rede de postos credenciados praticar preços dentro dos valores médios divulgados pela ANP, respondendo por eventual

dolo ou culpa decorrente de erro ou omissão, inclusive sem direito a reembolso de eventual valor unitário superior ao divulgado pela ANP.

6.2.5. No caso de configuração de valor abusivo, a CONTRATADA poderá submeter justificativa do preço praticado à CONTRATANTE, ficando a critério desta, devidamente fundamentada, acatar ou não a justificativa e proceder ao pagamento.

6.2.6. A CONTRATANTE, a qualquer tempo, se reserva ao direito de promover diligências sobre quaisquer preços de produtos ou serviços informados pela CONTRATADA, configurados abusivos ou não.

6.2.7. O sistema deverá disponibilizar uma fonte de pesquisa dos preços praticados pelos postos credenciados, com a finalidade de orientar os condutores a realizarem os abastecimentos dos veículos sob seus cuidados, atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

6.2.7.1. O comparativo de preços desse sistema deverá ser atualizado periodicamente, no mínimo semanalmente.

6.2.8. Em complemento a pesquisa de preços, a Administração Pública deverá fazer o seu próprio levantamento de preços para escolher a opção mais econômica no ato do abastecimento, devendo juntar na execução documentos que demonstrem os preços praticados.

6.3. Da qualidade dos combustíveis:

6.3.1. Todos os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo — ANP.

6.3.2. No caso de identificação da adulteração de combustíveis, infrações legais ou normativas cometidas pelos estabelecimentos credenciados, a CONTRATADA se obriga a informar de imediato à CONTRATANTE e denunciar às autoridades competentes as irregularidades, adotando em paralelo medidas necessárias ao saneamento.

6.3.3. Eventuais danos comprovadamente causados por utilização de combustível de baixa qualidade fornecido em loja credenciada serão reparados pela CONTRATANTE, sem prejuízo de diligenciar para aferimento da qualidade do produto ofertado no respectivo estabelecimento e responsabilização da CONTRATADA, caso seja comprovado.

6.4. A CONTRATADA deverá garantir os produtos fornecidos e serviços executados pela sua rede credenciada, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.5. A CONTRATADA deverá manter controle dos estabelecimentos de abastecimento quanto à regularidade e qualidade dos combustíveis.

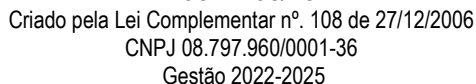
CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

7.1. Dá-se ao presente contrato, o valor global de R\$ _____
(_____).

CLÁUSULA OITAVA– DOS PREÇOS E CRITÉRIOS DE REAJUSTES

8.1. O valor unitário e global do objeto contratual ficarão assim fixados neste instrumento contratual e de acordo com o preço proposto pela CONTRATADA:

ITEM	COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Gasolina Comum	1.500 litros	R\$	R\$



- 8.3. Os preços serão fixos e irrecorríveis e deverão ser expressos em moeda corrente do país.
 - 8.3.1. Define-se como fixo e irrecorrível o percentual contratado como taxa de administração, seja **positiva, zero ou negativa**.
- 8.4. Em razão da natureza do objeto da licitação, cujo pagamento, além do combustível consumido, será o pagamento da taxa de administração, não caberá qualquer reajuste da referida taxa.
- 8.5. Considerando que os combustíveis fornecidos pela rede de postos credenciados serão pagos/ressarcidos nas quantidades efetivamente consumidas e pelos preços praticados nas datas do consumo, os preços desses poderão sofrer variação, de acordo com a sistemática do mercado, sem que isso importe em reajuste contratual.
- 8.6. Fica expressamente estabelecido que, no preço apresentado na proposta, deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: **tributos, seguros, encargos sociais**, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto contratual.
- 8.7. A CONTRATADA ficará obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato de acordo com art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.8. Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro durante a execução do presente contrato, a CONTRATADA poderá requerer formalmente ao Previd a revisão dos valores pactuados, relatando os detalhes e os fatos anexando ao pedido os documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, o qual será submetido à análise e parecer do órgão CONTRATANTE conforme previstos no art. 65, da lei 8.666/93.

**PROCESSO Nº 007/2022/PREVID – EDITAL, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022/PREVID
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

- 9.1. A CONTRATADA deverá apresentar, em até **5 (cinco) dias úteis** do mês subsequente ao abastecimento o pré-faturamento com detalhes dos abastecimentos realizados no período anterior.
- 9.2. Recebido o pré-faturamento, a CONTRATANTE deverá realizar a conferência do documento, em até **5 (cinco) dias úteis**, realizando os seguintes atos:
- 9.2.1. Apontar os eventuais abastecimentos fracassados, os quais podem ser comunicados desde o momento do abastecimento fracassado até o último dia de cada mês;
- 9.2.2. Realizar a comparação dos preços cobrados, considerando:
- a) **o preço de mercado à vista** do posto/local de abastecimento;
- b) **o limite do preço médio publicado pela ANP** — Agência Nacional de Petróleo, no site www.anp.gov.br, no mês da demanda, para o município/estado em que se encontre o veículo;
- c) **o percentual de taxa de administração / desconto** incidente sobre os valores das faturas de fornecimento de combustíveis.
- 9.3. A CONTRATANTE rejeitará o faturamento de serviços relativos a eventuais divergências entre a fatura e os relatórios da CONTRATADA ou entre estes e os controles da FISCALIZAÇÃO, até a completa apuração dos fatos, se for o caso.
- 9.4. Após a conferência do aludido documento e dos ajustes que se fizerem necessários, a CONTRATADA deverá emitir o **documento com validade fiscal** para fins de pagamento.
- 9.4.1. A CONTRATADA é a única responsável pela correta emissão de seus documentos de cobrança, em todos os seus aspectos, observada a legislação tributária vigente.
- 9.5. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados mensalmente em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de apresentação do **documento com validade fiscal**, devidamente atestado pelo setor competente, juntamente com **as certidões negativa de tributos das esferas federal, estadual e municipal e das certidões de regularidade do FGTS e trabalhista**.
- 9.6. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, vigente à época do pagamento, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal, conforme cláusula supra, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual**.
- 9.7. Os **documentos com validade fiscal** correspondentes, serão discriminativos, constando **o número do contrato firmado, número da nota de empenho, bem como, dados bancários (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento)**.
- 9.8. Caso se constate erro ou irregularidade no documento com validade fiscal, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-lo, para as devidas correções, ou aceitá-lo, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 9.9. Na hipótese de devolução do documento com validade fiscal, será considerado como **não** apresentado, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após sua reapresentação.
- 9.10. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA/IBGE ou índice que venha substituí-lo.
- 9.11. A CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 9.12. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

- 9.13. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 9.14. A CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- 18.00. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados
 - 18.01. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados
 - 09.272.126. – Manter do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
 - 2.079 – Manutenção das Atividades do PreviD
 - Fonte 143000
 - 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
 - 3.3.90.30.01 – Combustíveis E Lubrificantes Automotivos
 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
 - 3.3.90.39.41 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- 10.2. Os valores correspondentes aos exercícios financeiros posteriores correrão por dotação orçamentária a ser estipulada oportunamente.
- 10.3. O CONTRATANTE, se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 11.1. O prazo de vigência deste instrumento será de **12 (doze) meses, contados a partir data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado de acordo com as normas da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 12.1. Todo o recebimento do objeto contratual será acompanhado e conferido pela Comissão de Recebimentos deste Instituto e/ou através do fiscal de contrato.
- 12.1.1. Ao término da execução do serviço, objeto deste contrato, a CONTRATANTE irá analisá-lo, verificando se os mesmos conferem com os que foram licitados, bem como, se estão em perfeitas condições de uso.
- 12.2. Os objetos, estando de acordo com a proposta de preços e de acordo com o disposto no instrumento contratual, serão recebidos na forma do inciso I, do art. 73 da Lei nº 8.666/93:
- a) **PROVISÓRIO** – No ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado.
 - b) **DEFINITIVO** – após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório
- 12.2.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 12.3. Os produtos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata e às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 12.4. Se a CONTRATADA deixar de realizar o serviço, sem justificativa por escrito e sem o aceite do Instituto, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE RECEBIMENTOS E DO FISCAL DE CONTRATOS

- 13.1. Todos os serviços, mercadorias e demais bens, adquiridos pelo CONTRATANTE, deverão ser conferidos por 02 (dois) membros da Comissão de Recebimentos, designados por meio da Portaria nº 049/2018/ADM/PREVID, publicada no Diário Oficial de Dourados – Ano XX, nº 4.711, de 15 de junho de 2018.
- 13.2. Será designado um servidor do Instituto para acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, mediante portaria administrativa, a qual será devidamente publicada no Diário Oficial de Dourados e posteriormente juntada ao procedimento de contratação.
- 13.3. A Comissão somente é responsável pela conferência dos produtos/serviços recebidos ao Instituto, competindo somente ao fiscal de contratos, o acompanhamento quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 14.2. Manter sempre atualizados, junto ao CONTRATANTE, os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;
- 14.3. Cumprir o disposto na proposta de preços, no Termo de Referência, bem como, no edital e seus anexos com comprometimento, presteza, assiduidade, tempestividade e qualidade nos serviços a serem prestados.
- 14.4. Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento de veículos, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em site próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas.
- 14.5. Manter softwares de gerenciamento integrado, com captura eletrônica de dados e liquidação financeira dos gastos, oferecendo relatórios gerenciais de controle de situação (histórico de quilometragem) e das despesas de abastecimento de cada um dos veículos do CONTRATANTE ou a seu serviço, e que viabilize o pagamento do abastecimento de combustíveis nos postos de abastecimento através do cartão magnético.
- 14.6. Manter informação dos dados de consumo no momento do abastecimento, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do portador do cartão, datas e horários de abastecimento, e tipos de combustíveis em base gerencial de dados disponíveis para o CONTRATANTE.
- 14.7. Manter softwares operacionais para processamento das informações nos cartões e terminais.

- 14.8. Possibilitar solução webservice, para exportação de todas as informações constantes no seu banco de dados referentes aos veículos da CONTRATANTE para qualquer sistema que venha a ser adotado pela CONTRATANTE.
- 14.9. Possuir ampla capacidade de armazenamento de dados visando manter arquivo, atualizado e com backup dos serviços executados dentro do contrato, por placa de veículo, podendo ser consultado pela CONTRATANTE a qualquer hora.
- 14.10. Disponibilizar acesso ao Sistema através da WEB (Internet), por meio de senha administrativa para o Gestor e/ou Fiscal do Contrato, permitindo a emissão de relatórios.
- 14.11. Manter cartões individuais que viabilizem o gerenciamento de informações da frota para cada veículo em pleno funcionamento.
- 14.12. Disponibilizar os cartões individuais que a CONTRATADA solicitar, bem como, as segundas vias que se fizerem necessárias em virtude de extravio ou invalidação, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.
- 14.13. Disponibilizar cartões de identificação do usuário, com senha pessoal por condutor e código para identificação do veículo, ou possibilitar outro meio que permita a identificação do condutor cadastrado juntamente com senha, caso a empresa licitante não trabalhe com tecnologia de cartão magnético para a identificação do condutor/usuário.
- 14.14. Realizar treinamento operacional do gestor e fiscais de contrato responsáveis e usuários do sistema informatizado e integrado para gestão de frota da CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.
- 14.15. Promover treinamento para sua rede credenciada/usuários dos instrumentos periféricos dos sistemas contratados, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, e orientá-los sobre a correta utilização, possibilitando o uso adequado do sistema, permanentemente e sempre que se mostrar necessário, para não inviabilizar o uso de um credenciado, disponibilizando um canal de comunicação viável e acessível para todos, que deverá ser apresentada a CONTRATANTE.
- 14.16. Executar, por meio de sua rede credenciada, fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações e conforme o disposto neste instrumento.
- 14.17. Manter a rede de postos de abastecimento prontos e equipados para aceitar transações com os cartões dos usuários, especialmente, nas localidades exigidas neste contrato.
- 14.18. Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, disponibilizando-a através de e-mail, via web ou de correspondência encaminhada ao PreviD.
- 14.19. Possibilitar a ampliação gradativa da Rede Credenciada, incluindo outras localidades, mediante solicitação da CONTRATANTE.
- 14.20. Permitir o acesso de servidores da CONTRATANTE às instalações da REDE CREDENCIADA DA CONTRATADA, para o acompanhamento, parcial ou total, dos serviços de fornecimento de combustíveis durante a sua execução.
- 14.21. Manter, em local visível, na rede credenciada, a identificação de sua adesão ao sistema, objeto do Contrato.
- 14.22. Informar às credenciadas que são de inteira responsabilidade dessas as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas aos recursos humanos de suas credenciadas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

- 14.23. Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento, ou obrigação trabalhista.
- 14.23.1. Disponibilizar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados.
- 14.24. **Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto (s)** que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato que será o responsável pelo bom andamento sobre prestação de serviços/fornecimento do objeto e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 14.24.1. Deverá ser assinada CARTA PREPOSTO ou documento similar que indique o nome completo, nº do CPF, do documento de identidade, os dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato CONTRATANTE-CONTRATADA.
- 14.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 14.26. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, comunicando por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente juntamente com os esclarecimentos julgados necessários.
- 14.27. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, dentro do prazo;
- 14.28. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.
- 14.29. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes da realização dos serviços, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços objeto deste Contrato, ficando, ainda, a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 14.30. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- 14.31. A empresa CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidente de trabalho e quaisquer outras relativas a pessoal;
- 14.32. A empresa CONTRATADA responderá pelos danos causados aos veículos e/ ou bens da CONTRATANTE, quando resultantes da ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou prepostos;
- 14.33. Oferecer atendimento personalizado, durante todo o período estabelecido de vigência do contrato, para dirimir quaisquer dúvidas, orientações e esclarecimentos sobre os serviços.
- 14.34. Ressarcir ao CONTRATANTE o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigências do CONTRATANTE ao ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.
- 14.35. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

14.36. Atender ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 15.1. Fornecer à CONTRATADA e manter atualizados todos os dados e informações que se fizerem necessárias à execução do contrato.
- 15.2. Acompanhar a execução do contrato efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão dos serviços.
- 15.3. Fiscalizar, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 15.4. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA dentro dos prazos estipulados.
- 15.5. Comunicar expressamente à CONTRATADA as irregularidades observadas durante sua execução para que providencie as devidas correções.
- 15.6. Notificar à CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 15.7. Aplicar as penalidades legais e contratuais.
- 15.8. Rejeitar os serviços que a CONTRATADA executar fora das especificações do edital e seus anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 16.1. As partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
- 16.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura do instrumento contratual reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.
- 16.3. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.
- 16.4. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que o instrumento contratual venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.
- 16.5. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos

padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

- 16.6. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.
- 16.7. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.
- 16.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD e para o Órgão da Imprensa Municipal para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.
- 16.9. As Partes “REVELADORA” e “RECEPTORA”, por si e seus servidores e colaboradores, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:
 - I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 - II. Não celebrar o contrato;
 - III. Ensejar o retardamento na execução do objeto do CONTRATO;
 - IV. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - V. Falhar ou fraudar na execução do objeto do CONTRATO;
 - VI. Comportar-se de modo inidôneo;
 - VII. Cometer fraude fiscal.
- 17.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, o Instituto poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar irregularidades de pequena monta;
 - b) Multa administrativa no percentual de **5% (cinco por cento)**, por dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do item adjudicado, a partir do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a **20% (vinte por cento)** do valor do contrato;
 - c) Multa administrativa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de Rescisão contratual, sem justo motivo, pela CONTRATADA.

- d) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, até o prazo de 2 (dois) anos;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e”, dos subitens anteriores poderão ser aplicadas juntamente com as de multa (alíneas “b” e “c” dos subitens anteriores), facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.
- 17.4. *Todas as penalidades citadas no subitem anterior, além de outras que a Lei possa prever, **serão obrigatoriamente registradas as ocorrências no SICAF**, por força do disposto nos arts. 38 e 40 da Instrução Normativa nº 02/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*
- 17.5. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.
- 17.6. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.
- 17.7. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.
- 17.8. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.
- 17.9. Sendo aplicada multa, decorrido o prazo para recurso deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma no Departamento Financeiro do PREVID, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da mesma.
- 17.10. A CONTRATADA poderá perder tal a condição, caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:
- I. estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômica – financeira comprometida;
 - II. ter título protestado cujo valor possua, a juízo do contratado comprometer a sua idoneidade financeira e/ou a eficiente execução do Contrato;
 - II. ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS e FGTS.
- 17.11. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS ALTERAÇÕES

- 18.1. O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- a) Unilateralmente pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual.
 - b) Por acordo das partes:

- I. Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - II. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma fixado, sem a correspondente contraprestação de execução dos serviços;
 - III. Na hipótese do disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 18.2. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o Instituto deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 18.3. As alterações contratuais, deveram ser realizadas mediante o instrumento de Termo Aditivo, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 19.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 19.2. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial do fornecimento nos prazos propostos e contratados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do presente Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 19.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrente deste Contrato limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 19.4. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 19.4.1.** A nulidade não exonera o Instituto do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 19.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA previstas no presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO

- 20.1. O presente Contrato está vinculado, para todos os efeitos e condições legais, ao Processo nº 007/2022/PREVID, Edital, Pregão Eletrônico nº 002/2022/PREVID e seus Anexos, à **Nota de Empenho** nº ____/2022 e a proposta de preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

- 21.1. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante o período de execução do presente contrato, todas as condições de habilitação, exigidas no Edital, Pregão Eletrônico nº 002/2022/PREVID.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1. Declaram as partes que este CONTRATO corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 22.2. Ao presente CONTRATO aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- 22.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei 10.520/2002 e demais normas de licitação de contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990- Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 22.4. Após a assinatura deste CONTRATO, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada.
- 22.5. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos e às cláusulas expressas neste CONTRATO.
- 22.6. Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos citados no inciso I da Cláusula Primeira, estas serão dirimidas considerando-se sempre os documentos mais recentes com prioridade sobre os mais antigos, e em caso de divergências com este
- 22.7. Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais o CONTRATANTE não houver, expressamente, se declarado de acordo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

- 23.1. Fica eleito o foro da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo ciente, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Dourados/MS, ____ de _____ de 2022.

THEODORO HUBER SILVA

Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunhas:

1a.) _____ C.P.F.: _____

2a.) _____ C.P.F.: _____